

SER CONCURSOS PÚBLICOS

Caderno de Questões - LEI SECA - Lei de Responsabilidade Fiscal

- 1) A Lei nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças privadas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
 - i. certo errado
- 2) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem desvios e corrigem riscos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
 - i. certo errado
- 3) A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de emprego, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
 - i. certo errado
- 4) As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - i. certo errado
- 5) Nas referências à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, neste abrangido o Ministério Público.
 - i. certo errado
- 6) Entende-se como ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município.
 - i. certo errado
- 7) Para os efeitos desta Lei, entende-se como empresa controlada a sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.
 - i. certo errado
- 8) A empresa estatal dependente é a empresa consorciada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
 - i. certo errado

SER CONCURSOS PÚBLICOS

Caderno de Questões - LEI SECA - Lei de Responsabilidade Fiscal

9) Entende-se por receita corrente líquida como sendo o somatório das despesas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

i. certo errado

10) Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB).

i. certo errado

11) Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e do Pará os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.

i. certo errado

12) A receita corrente líquida será apurada somando-se as despesas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

i. certo errado

13) Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.

i. certo errado

14) O Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação do cumprimento das metas relativas aos dois anos anteriores, demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos dois exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional, além da evolução do patrimônio líquido, também nos últimos dois exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos. Conterá, também, a avaliação da situação financeira e atuarial: dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador; e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial. Conterá, além disso, demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

i. certo errado

GABARITOS

SITE: www.serconcursospublicos.com

INSTAGRAM: @serconcursospublicos

Conheça os Mapas Mentais em Blocos da LRF no site!

SER CONCURSOS PÚBLICOS

Caderno de Questões - LEI SECA - Lei de Responsabilidade Fiscal

- 1) Errado. Lei “COMPLEMENTAR” + Normas de finanças PÚBLICAS.
- 2) Errado. Previnem “RISCOS” e corrigem “DESVIOS”.
- 3) Errado. Não existe “GERAÇÃO DE EMPREGO” no corpo da lei.
- 4) Certo. Art. 1º, §2º.
- 5) Errado. O Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público
- 6) Certo. Art. 2, inciso I.
- 7) Errado. Desta LEI COMPLEMENTAR.
- 8) Errado. A empresa estatal dependente é a empresa CONTROLADA.
- 9) Errado. O somatório das RECEITAS tributárias.
- 10) Certo. Art. 2º, §1º.
- 11) Errado. Do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima.
- 12) Errado. A receita corrente líquida será apurada somando-se as RECEITAS arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores.
- 13) Errado. Para os DOIS seguintes.
- 14) Errado. O Anexo de Metas Fiscais conterà a avaliação do cumprimento das metas relativas AO ANO ANTERIOR, demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos TRÊS exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional, além da evolução do patrimônio líquido, também nos últimos TRÊS exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos. Conterà, também, a avaliação da situação financeira e atuarial dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial. Conterà, além disso, demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

SITE: www.serconcursospublicos.com

INSTAGRAM: @serconcursospublicos

Conheça os Mapas Mentais em Blocos da LRF no site!